

Memória e política: o centenário da Confederação do Equador no Ceará (1924)

Autor: Paulo Giovanni Gomes Valente

Resumo

As ações comemorativas convidam os indivíduos de um determinado grupo ou sociedade a rememorarem determinados fatos passados coletivamente. Tais ações tornam-se ainda mais ambiciosas quando as comemorações buscam criar ou reforçar laços de identidade dentro de uma comunidade, envolvida por questões políticas. A participação do Ceará na Confederação do Equador serviu para criar um momento desses. As memórias daquele evento político ocorrido no ano de 1824, nos momentos iniciais do Império brasileiro, foram retomadas nos primeiros anos da Proclamação da República do Brasil, e por meio de algumas ações de políticas da memória, diversas leituras e interpretações foram formuladas daquele evento. O ano de 1924 é marcado pela passagem centenária daquele evento. Um século depois o que pode ter ficado de resquício das lutas políticas daqueles primeiros momentos do pós-independência do Brasil? Quais as personagens que fizeram parte da Confederação do Equador no Ceará e passaram a ser identificados como heróis cearenses? Quais espaços foram utilizados para pretensamente eternizar as memórias daquele evento? E a produção histórica, qual o seu lugar nesse processo? Investigando livros, jornais, revistas, almanaques, e lugares públicos busca-se elaborar algumas considerações a respeito dessa relação entre políticas e memórias. Pensar sobre essa ligação entre política e memória pode fornecer mais alguns indícios para compreensão das relações políticas em uma determinada sociedade.

Palavras-chave: Comemoração, Política, Confederação do Equador

Abstract

Commemorative actions invite individuals of a certain group or society to recollect certain past facts collectively. Those actions become even more ambitious when the celebrations intend to create or to reinforce identity bonds inside of a community engaged in political issues. The participation of Ceará in The Confederation of the Equator was suitable as source

of creation to that moment. Those political event's memories which had occurred in 1824, in the initial moments of the Brazilian Empire, has been resumed in the very first years of the Proclamation of Republic of Brazil, and throughout some political actions of memory, several readings and interpretations that were formulated from that event. The year of 1924 is distinguished by the turn of the century of that event. A century later what possibly remains as vestige of political fights in those first moments of Brazil's post-independence? Which characters have been part of The Confederation of the Equator in Ceará and have been recognized as Cearense heroes? Which gaps had been used deliberately to eternize those event memories? And what about historical production, what is its role in this process? Researching on books, newspapers, magazines, almanacs, and public places intend to elaborate some considerations concerning to this relation between politics and prior memories. Reflecting about this connection between politics and memories might provide some more evidences for the understanding of the political relationships in a particular society.

Key-words: Celebrations, Politics , The Confederation of the Equator

Neste pretende-se fazer algumas considerações sobre a relação entre política e memória, tomando como base as ações desenvolvidas durante as comemorações do centenário da Confederação do Equador no Ceará. Esse evento político ocorrido inicialmente no ano de 1824 contribuiu em alguns aspectos para formação política e social na história do Ceará. Cem anos depois, na década de 1920 durante a República no Brasil, algumas releituras desse evento foram feitas, envolvidas por uma grande aura de celebração que contagiou determinados setores da sociedade cearense. Assim, procura-se identificar possíveis vestígios daquela comemoração e como esses poderiam ter influenciado as mudanças e permanências com relação às memórias da participação do Ceará na Confederação do Equador.

A Proclamação da Independência do Brasil ocorreu de fato no ano de 1822, no entanto o processo que culminou com essa data tem início alguns anos antes. Para alguns a vinda da família real para o Brasil, em 1808, provocou um clima de mudanças nas estruturas políticas e sociais a tal ponto que aos poucos, os grupos políticos locais passaram a fomentar o debate em torno da ideia de independência.¹ O fato de a família real ter aportado no Rio de Janeiro contribuiu para um maior desenvolvimento daquela região, os grupos políticos pela

¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2010

sua proximidade com rei pareciam procurar estabelecer uma forte aliança política, no entanto, a força econômica do Brasil ainda emanava da região Norte.

Assim, quem pagava a conta da nobreza portuguesa eram as elites agrárias do Norte que foram gradativamente perdendo sua autonomia financeira e não recebendo nenhum tipo de benefício político em troca. Desde o último quarto do século XVIII, outros modelos políticos foram ganhando força pelo ocidente, a maioria deles girando em torno da elaboração de uma constituição para cada país. Com a elaboração de uma Carta Magna, não deveria prevalecer mais a vontade de uma corte de nobres e sim todos deveriam seguir as leis responsáveis pela organização do Estado.

Desde a época do Brasil colonial prevaleciam os sentimentos regionais. A colônia portuguesa foi dividida em Capitanias, que preservavam certa autonomia. Mesmo com a implantação de um governo-geral com sede na Bahia, não se reforçou um sentido de unidade no Brasil. Após a proclamação da Independência tal sentimento de comunidade não prevaleceu, e nem seria ressaltado ainda por um longo período como apontou Sérgio Buarque de Holanda.² As medidas políticas lançadas do Rio de Janeiro, assim, teriam servido mais para aquecer os debates e ressaltar tais divergências regionais.

O acirramento dessas disputas pode ser verificado com a “Revolução de 1817”, que ficou conhecida pela sua marca Republicana, no entanto, a partir da análise de Evaldo Cabral de Mello, “mais do que a república, a independência foi o verdadeiro motor de Dezesete, e sob este aspecto ele também se incompatibilizou com a aspiração de constitucionalizar o Império luso-brasileiro”.³

As discussões em torno do processo constitucional aumentaram ainda mais após a Revolução do Porto, 1820, e a elaboração da constituição portuguesa. Mas os mecanismos são bastante sutis, o clima de efervescência política apresentava uma série de nuances. Cita-se a seguir uma passagem de José Bonifácio de Andrada e Silva, de 1823, que pode servir para ilustrar o grande embrolho de tendências políticas daqueles anos próximos da Independência.

De todos os partidos em que se acha dividido o Brasil [...] são duas as principais divisões, a saber não-separatistas e separatistas. Os primeiros são os inimigos da Independência, estes fanáticos chamados vulgarmente pés-de-chumbo, que ainda suspiram pelas cebolas do Egito [...] Os segundos são os

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II O Brasil Monárquico. 1º Volume O Processo de emancipação. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1965.

³ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 39.

sectários da Independência do Brasil e que querem que ele figure como nação livre. Porém estes separatistas ainda se subdividem em quatro classes: 1ª, os que querem a separação, mas não a liberdade, pois preferem o antigo governo, e são chamados corcundas; 2ª os republicanos a que chamarei prognósticos; estes não podem levar a paciência que o Brasil não quisesse por voto unânime ser república e preferisse a monarquia constitucional; este partido é hoje miserável e abandonado por todo homem sensato; 3ª os monárquicos-constitucionais: estes fitam suas vistas na felicidade do Estado; não querem democracias nem despotismo, querem liberdade mas liberdade bem entendida e com estabilidade; este partido forma a maioria da nação; 4ª os federalistas, ou bispos sem papa, a que eu também chamarei os incompreensíveis. Estes, que não querem ser monárquico-constitucionais, que não podem ser corcundas e que não querem ser republicanos de uma só república, querem um governo monstruoso; um centro de poder nominal e cada província uma pequena república, para serem nelas chefes absolutos, corcundas despóticos.⁴

O excerto do texto de José Bonifácio mostra a grande complexidade dos debates políticos do antes e depois da Independência. Se o Brasil se consolidou como monarquia não foi pelo fato dessa ter sido a única opção de modelo político, nem tampouco a mais aceita. O mais prudente seria mencionar que a monarquia foi o projeto preponderante por uma série de mecanismos entre eles políticos e também devido a força militar.

Após a proclamação da Independência, o Imperador convocou uma Assembleia Constituinte para elaborar uma Constituição para o país. A ideia da elaboração de uma Constituição por representantes eleitos de cada Província serviria como uma medida que, ao menos teoricamente, oferecia certo equilíbrio na composição das forças políticas do Brasil. O número total de deputados para compor a Assembleia Constituinte seria de cem. Vale observar a proporção de deputados para cada Província: Minas Gerais 20 deputados, Pernambuco 15, Bahia 13, São Paulo 9, Ceará (5ª maior representatividade da Assembleia) e Rio de Janeiro ficariam com 8.⁵

Não satisfeito com os rumos tomados durante as discussões de elaboração da carta constitucional, D. Pedro I dissolveu a Assembleia, nomeou um novo Conselho de Estado para

⁴ Idem. Ibidem. p. 9.

⁵ Instruções para a eleição dos deputados à Assembléa Constituinte e Legislativa, 19 jun. 1822. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª ed. Vol VIII. Brasília: Senado federal, 2002. p. 130.

a redação de outro texto e outorgou a Carta Magna de 1824. Para alguns grupos políticos da região “Norte” tal posicionamento do Imperador seria um primeiro passo para uma possível recolonização do Brasil. Com isso, as Províncias de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte reivindicaram sua emancipação política do recém-formado Império brasileiro, propondo um projeto político de modelo republicano federalista. O movimento da Confederação naquele período, colocou em evidência as desavenças entre os diversos grupos políticos em torno do projeto político da criação do Estado brasileiro.

Após a atitude de D. Pedro I, pelo fato de o próprio Imperador ser português, foi grande a inquietação em determinados grupos políticos, temendo um retrocesso com relação à maior autonomia política conseguida gradativamente desde a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, quando a antiga colônia de Portugal passou a ser a sede do reino. Para os confederados, em virtude do conflito de sentimentos regionalistas x nacionalistas, a unidade do território parecia se encontrar distante naquele momento, no entanto, ao menos a Independência deveria ser garantida.

Sobre a Confederação do Equador gostaria de destacar ainda as construções historiográficas que envolvem dois termos em específico: separatismo e federalismo. Quando a pecha de separatismo recaiu sobre os ombros de Pernambuco, serve em contrapartida para enaltecer os conservadores do Rio de Janeiro como os construtores da nacionalidade. Tal maniqueísmo mascara os vários conflitos que de fato envolveram o processo de Independência, portanto, o separatismo neste texto será usado longe dessa dualidade e sim como parte de uma corrente política.

O outro termo, federalismo, serve como um pontapé inicial para as nossas discussões. E aqui a reflexão de Evaldo Cabral de Mello, novamente serve como mote.

O leitor deve ter em mente que, no tocante ao federalismo, não havia ideias precisas ao tempo da Independência. Por um lado, emprega-se federação como sinônimo de confederação, e, por outro, de república e de democracia, muitas vezes no objetivo *ad terrorem* de confundi-la com o governo popular, quando se tratava de concepções distintas. Por outro lado, o conceito de federalismo contém dois significados historicamente distintos. No seu sentido original, ele é a reunião de unidades políticas autônomas visando à criação, por motivos de defesa principalmente, de uma entidade maior. Esta é a acepção aplicável à criação das Províncias Unidas dos Países Baixos no século XVI na sua luta para se tornarem independentes da Espanha, e ao estabelecimento da Confederação das treze colônias inglesas da costa

oriental da América do Norte (1776) na sua guerra contra a Grã-Bretanha, a qual se transformou em República federal em 1787. Mas federalismo veio a adquirir uma segunda significação, etimologicamente bastarda, a da transformação de Estado unitário preexistente em Estado federal. Foi este o caso do Brasil.⁶

Assim, o sentido de federação, especialmente no Brasil, foi ganhando significação diversa do sentido original da palavra. A confusão da ideia original de Confederação como a união de federações menores em torno de uma causa, no Brasil, vai se confundir com um Estado federativo. Se durante o Brasil monárquico ele era um Estado centralizado, em torno da figura do rei, com a proclamação da República esse Estado unificado vai passar a se dividir em estados menores, as federações que passam a compor o Estado maior do Brasil. Embora com essa mudança retoma-se um apelo inicial em torno da ideia de Confederação, qual seja, a de unidade em torno de uma causa. Durante a época monárquica o símbolo de unificação da nação era o rei, nos momentos iniciais da República a figura que unificava a nação deveria ser outra. Como construir esse novo símbolo unificador? Tentativas não faltaram para solucionar essa questão. Ao certo, muitas comemorações também foram usadas em torno desse ideal. E nesse bojo a comemoração do centenário da Confederação do Equador no Ceará vai servir, criando símbolos e atuando na modificação, às vezes permanências, de várias estruturas políticas e sociais.

Após 1824, aquele evento político que contribuiu para o processo de formação histórica do Brasil ganhou diversas leituras possíveis na memória nacional e local. Muitos foram os mecanismos que provocaram mudanças nas formas de lembrar as ações dos confederados. Como um exemplo inicial, se, em um primeiro momento, os confederados foram considerados inimigos da ordem pública, rebeldes que dificultaram o processo de consolidação da Independência no Brasil; posteriormente, passaram a ser vistos como bravos heróis que lutaram pela liberdade e contra o autoritarismo do Imperador. Tal processo de constituição de memórias pode ser observado durante as ações desenvolvidas no centenário da Confederação do Equador no Ceará, em 1924. As imagens dos sujeitos que participaram daquela querela sofreram uma grande transformação; passaram de inimigos do recém-formado Império brasileiro a heróis locais. Quais alguns dos possíveis caminhos para essa mudança de percepção? As personagens que poderão servir de base para a discussão são:

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 14 e 15.

Tristão Gonçalves de Alencar, Pe. Ignácio Mororó e Pereira Filgueiras. Tristão Gonçalves, uma das lideranças do movimento, Presidente eleito durante a época do Ceará confederado. Tem sua imagem vinculada à família Alencar, tradicionalmente envolvida em questões políticas. Durante a Confederação sua cabeça foi colocada a prêmio e acabou sendo morto em batalha. Pe. Mororó, teve sua formação no Seminário de Olinda, apontado por alguns autores como um reduto das ideias liberais durante o século XIX. Pe. Mororó, ficou marcado como o intelectual que ofereceu as bases para o movimento no Ceará. No entanto, existe uma questão controversa, se ele teria participado do movimento por iniciativa própria ou se por pressão de Tristão Gonçalves. Pe. Mororó foi capturado, preso e condenado a morte. Sendo executado em Praça Pública. Pereira Filgueiras, durante a época da Confederação já tinha certo reconhecimento pelos atos de bravura. Algumas histórias suas adquirem ares de verdadeira lenda. Sua participação durante o movimento pode ser considerada como o último de seus atos de bravura. Também foi capturado e preso. Morreu a caminho do Rio de Janeiro. Todos esses personagens além de outros foram celebrados durante o centenário como mártires daquele movimento político. Heróis cearenses que teriam morrido em nome de uma causa, a defesa da república. Em 1924, defender a república como regime vigente era a temática para um sistema em consolidação. Com isso era fundamental estabelecer esse elo como o passado. Se eles puderam dar suas vidas em nome da causa republicana, os demais membros da sociedade cearense também deveriam defender tais ideias. Percebendo esses aspectos podem-se pensar a respeito da criação de heróis políticos no imaginário da sociedade cearense.

As ações comemorativas do centenário da Confederação do Equador no Ceará foram impulsionadas pelo Instituto do Ceará. O dia 26 de agosto foi escolhido como a data símbolo da Confederação do Equador no Ceará, pois naquele dia em idos de 1824, após uma grande assembleia, o Ceará assinou sua adesão ao movimento. Cem anos depois, em 26 de agosto de 1924, ocorreram algumas cerimônias comemorativas na cidade de Fortaleza. Quais os possíveis significados que envolviam as comemorações?

Entre o final do século XIX e início do X ocorreu um grande número de comemorações. Tal aspecto pode ser verificado também durante esse período no Ceará, com algumas de suas celebrações locais conectadas com outras de nível nacional, e porque não dizer internacional como o caso da Comemoração dos 400 anos do “Descobrimento do Brasil” que também repercutiu em Portugal. Além dessa, outras foram promovidas pelo grupo de membros do Instituto do Ceará, que encabeçou as ações de 1924. Com isso, algumas das estratégias utilizadas durante as comemorações ao longo dos anos como: publicação de livros,

festividades cívicas, cerimônias religiosas, construção de monumentos, etc. podem ser verificadas também em 1924.

Procurando perceber um dos possíveis sentidos da escolha do dia 26 de agosto, como sendo o grande dia de comemoração em detrimento de outras datas do evento. O que aquele 26 de agosto de 1824, conhecido como o dia do Grande Conselho poderia dizer sobre o ano de 1924? O dia 26 de agosto marca a chegada de forma mais efetiva da Confederação à cidade de Fortaleza. Embora as ações tenham sido lideradas por políticos do interior do Ceará, foi naquele momento que a capital da Província congregou, todas as forças políticas da região. Assim, o dia 26 de agosto aponta Fortaleza como o centro dos acontecimentos. Se ainda faltavam fatores que justificassem o fato de Fortaleza ser a capital do Estado àquele acontecimento histórico ressaltaria tal capacidade de articulação política da cidade.

Em decorrência do Centenário, algumas publicações foram produzidas destacando os acontecimentos da Confederação do Equador no Ceará e a sua comemoração, em especial destaca-se um Tomo da revista do Instituto do Ceará, um livro intitulado *Há cem anos...* (Fatos da Confederação do Equador no Ceará) de Eusébio de Sousa, ainda, um outro livro *Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará*, escrito por Guilherme Studart. As duas obras citadas, ao que tudo indica, parecem ter sido distribuídas na ocasião da festividade. Assim, além do espetáculo comemorativo as pessoas participantes tiveram a oportunidade de adquirir um registro com versões produzidas sobre os acontecimentos de 1824. Além do dia de celebração, os registros impressos que foram distribuídos deveriam ampliar a divulgação daquelas ações, e com isso, a partir de leituras e interpretações dos materiais, tanto o evento comemorativo como a história da participação do Ceará na Confederação do Equador poderiam ter um maior alcance dentro da sociedade.

Partindo das comemorações de 1924 é possível pensar sobre como estava constituída política e socialmente a cidade de Fortaleza nos primeiros anos do século XX. No momento de formação das elites republicanas, como esses antigos grupos de tradição imperial procuraram se readaptar ao novo regime político? Uma das estratégias utilizadas foi buscar estabelecer as bases da legitimação do seu poder no presente em heranças passadas. Vale notar que em decorrência do processo de lembrança de algumas famílias com destaque na atuação política, outras são colocadas no esquecimento e à margem dos processos políticos, o que acaba delimitando o grupo de representantes políticos locais e suas teias de relações.

Mas as ações comemorativas não dizem respeito apenas a textos impressos em papel, a toponímia também recebe uma atenção especial. A nomenclatura de logradouros públicos, como praças, frequentemente pode proporcionar um debate. O Passeio Público de

Fortaleza⁷ é um caso, seu nome oficial é Praça dos Mártires para homenagear os participantes da Confederação que foram executados em praça pública. No entanto, o local é conhecido popularmente como Passeio Público, termo que remete para outras lembranças diferentes das da Confederação. A tensão entre o oficial e o popular pode ser observado, por exemplo, por meio do confronto entre determinações políticas em textos de cunho oficial *versus* obras de memorialistas, que são entranhadas por construções sentimentais e afetivas de seus autores.⁸

Assim, em que medida alguns espaços foram reivindicados pelas ações comemorativas buscando estender tais ações produzidas durante aqueles eventos para as gerações futuras. Os momentos de comemoração frequentemente trazem em seu bojo esse múltiplo encontro de temporalidades, quando um determinado fato passado é revisto no presente, orientado por expectativas futuras. Com isso, certos lugares poderiam servir como suportes para que tais comemorações alcançassem gerações vindouras.

O logradouro aparentemente dedicado à memória dos participantes da Confederação do Equador é um dos pontos mais populares da cidade de Fortaleza. No entanto, o nome oficial Praça dos Mártires parece passar ao largo da lembrança da maioria dos habitantes da cidade, mas ao ser mencionado o nome Passeio Público, aí sim esse lugar é prontamente reconhecido. O título de Praça dos Mártires parece ser invocado quando o discurso é direcionado para um caráter político sobre a história daquele local. Um dos momentos da comemoração do centenário realizadas naquele local foi a celebração de uma missa em honra aos participantes do movimento. Contudo, se as referências não são políticas, as imagens e outros textos sobre o local, o que se destaca é o nome de Passeio Público. Das três alamedas do lugar, uma chama-se Pe. Mororó, outra Pessoa Anta, os dois primeiros condenados à morte e executados naquele local, antigo Campo da Pólvora. A outra alameda recebe o nome do último Presidente do Ceará durante o Império, Caio Prado. A maioria das imagens apresenta as elites em seu Passeio, ou sentadas percorrendo o espaço dessa alameda. E os outros espaços da Praça/ Passeio Público, quais os possíveis processos que levaram a uma menor preservação de tais registros? Com isso, pode-se fazer algumas considerações sobre as memórias impostas pelas ações políticas e as resistências desenvolvidas pela sociedade. Assim, procura-se analisar os usos da memória entre o que foi pretendido

⁷ Cf. GIRÃO, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: Ed. UFC, 1997, p. 47-9

⁸ *Fortaleza antiga: ruas, praças, esquinas* (1998), de Marciano Lopes; *Fortaleza Velha* (1980), João Nogueira; *Fortaleza descalça* (1992), Otacílio de Azevedo; *Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX* (1985), Eduardo Campos; *História abreviada de Fortaleza* (1974), Mozart Soriano Aderaldo; *Descrição da cidade de Fortaleza* (1992), Antônio Bezerra de Menezes; *Fortaleza e a crônica histórica* (1997), Raimundo Girão e *À margem da História do Ceará* (2004), de Gustavo Barroso.

politicamente e o que pode ser verificado na prática, por exemplo, pela percepção dos memorialistas.

Problematizando essa relação do acontecimento político e de como ele é lembrado, busca-se elaborar uma reflexão de como surgem, como foram transmitidas e como podem ser observadas determinadas imagens políticas. Notando as disputas e mudanças provocadas em torno do que é lembrado ou esquecido sobre os acontecimentos de 1824, podem ser debatidos elementos da memória social. As possíveis transformações ocorridas nas memórias sobre o evento devem ser observadas dentro da perspectiva de uma longa duração, na qual os ritmos de mudança ocorrem de forma lenta.⁹

Toda memória é seletiva, lembrar certos aspectos significa esquecer outros. A memória não se constitui como um depósito infinito de informações.¹⁰ Portanto, para que as memórias desempenhem a função social, qual seja, de atribuir um sentimento de identificação coletiva, é necessário se estabelecer práticas que provoquem essas memórias, seja por meio da linguagem, de imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos e dos ritos que reproduzem e transmitem. Memórias que serão consideradas ao longo do texto em toda sua multiplicidade como assinalado por Elizabeth Jelin.¹¹ Principalmente, nos usos que se pode fazer dessa memória procurando perceber os processos que envolvem os trabalhos da memória: quem recorda? O que recorda? E quando recorda?

Dentro dessa amplitude das memórias, o foco recairá sobre as ações comemorativas que essas desempenham nos processos de memória. Sobre as comemorações, novamente, Elizabeth Jelin esclarece o horizonte de percepção.

Las fechas y los aniversarios son coyunturas de activación de la memoria. La esfera pública es ocupada por la conmemoración, con manifestaciones explícitas compartidas y con confrontaciones. En términos personales y de la subjetividad, son momentos en que el trabajo de la memoria es arduo para

⁹ Rémond aponta que os trabalhos com a duração e a investigação de elementos da memória coletiva contribuem para lançar novos olhares sobre temas da história política. RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.36.

¹⁰ BORGES, Jorge Luis. Funes, o Memorioso. In : BORGES, Jorge Luis. *Ficcões*. Trad. Carlos Nejar. 3ª ed. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.

¹¹ “Qué es la memoria?. La dificultad, señalada por colegas, está en que un título así invita a dar una definición única y unívoca del significado de la palabra. Aun cuando lógicamente no haya contradicción, hay una tensión entre preguntarse sobre lo que la memoria es y proponer pensar en procesos de construcción de memorias, de memorias en plural, y de disputas sociales acerca de las memorias, su legitimidad social y su pretension de “verdad”. En principio, hay dos posibilidades de trabajar con esta categoría: como herramienta teórico-metodológica, a partir de conceptualizaciones desde distintas disciplinas y áreas de trabajo, y otra, como categoría social a la que se refieren (u omiten) los actores sociales, su uso (abuso, ausencia) social y político, y las conceptualizaciones y creencias del sentido común”. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 2002. p. 17.

todos, para los distintos bandos, para viejos y jóvenes, con experiencias vividas muy diversas. Los hechos se reordenan, se desordenan esquemas existentes, aparecen las voces de nuevas y viejas generaciones que preguntan, relatan, crean espacios intersubjetivos, comparten claves de lo vivido, lo escuchado o lo omitido. Son hitos o marcas, ocasiones cuando las claves de lo que está ocurriendo em la subjetividad y en el plano simbólico se tornam más visibles, cuando las memorias de diferentes actores sociales se actualizan y se vuelven “presentes”.¹²

Por meio desse apelo ao coletivo as ações públicas desenvolvidas durante as comemorações buscam afetar as subjetividades principalmente no plano simbólico. Recorrendo a mecanismos rituais que entrelaçam gerações novas e antigas, (re)lembrando, (re)vivendo memórias do passado no presente.

As comemorações podem atuar elaborando ou até mesmo modificando determinadas imagens de um acontecimento político e de seus participantes. Pontuando o tempo com marcas da memória. Além do tempo, múltiplos lugares são reivindicados por ações de memória. Tais comemorações são produzidas com o intento de que um determinado grupo de pessoas possa (re)lembrar momentos passados que são (re)significados em uma outra época de acordo com outras demandas sociais. As práticas de comemoração foram adquirindo grande relevância social. Essa importância diz respeito, sobretudo, ao estabelecimento e/ou fortalecimento de raízes identitárias dos indivíduos dentro da sociedade, dentro de uma determinada comunidade política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1974.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato- Rio de Janeiro, 1859/1960*. Vol. 2. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

¹² JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 2002. p. 52.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Primazias do Ceará. Commemorando o tricentenário da vinda dos portugueses ao Ceará (1603 - 1903)* Ceará: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1903.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza descalça; reminiscências*. Fortaleza: UFC/ PMF, 1980.

BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004.

BEZERRA DE MENESES, Antônio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o Memorioso. in : BORGES, Jorge Luis. *Ficcões*. Trad. Carlos Nejar. 3ª ed. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.

CAMPOS, Eduardo. *Capítulos de história da Fortaleza do séc. XIX. (O social e o urbano)*. Fortaleza: Edições UFC (PROED), 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

_____. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Meneses. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COMMEMORANDO O TRICENTENÁRIO DA VINDA DOS PORTUGUEZES AO CEARÁ (1603 - 1903) Ceará: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1903.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Trad. Maria Manuela Rocha. 2ªed. Oeiras: Celta Editora, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova “velha história”*: o retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

GAY, Peter. Passados úteis. In: GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucía Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ e RANGER, Terence (Org.) *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II O Brasil Monárquico. 1º Volume O Processo de emancipação. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1965.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN. Processo N° 744 – T- 64 D.P.H.A.N / D.E.T. Seção de História. Jardim: Passeio Público, Fortaleza – Ce. p. 11.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. Monumentos a los caídos como lugares de fundación de la identidad de los supervivientes. In.: KOSELLECK, Reinhart. *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Madrid: Centro de Estudios políticos y constitucionales, 2011.

LE GOFF, Jacques. Calendário In.: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LOPES, Marciano. *Fortaleza Antiga: Ruas, Praças, Esquinas*. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga*. Introdução, Sebastião Rogério Ponte. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza velha; Crônicas*. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

POMIAN, Krzysztof. *Sobre La historia*. Trad. Magalí Martínez Solimán. Madrid: Cátedra, 2007.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs). *Em tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n 30, p. 9-22. Trad. Paulo Martins, USP. 1995.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da história oficial”. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *O Fardo da História e o Dever de Lembrar*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SOUSA, Eusebio de, *Há cem anos...: factos da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1924.

STUDART, Barão de. *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Commercial, 1924.